

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025**

No dia 28 de Março de 2025, às 14h30, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE, na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as). Titulares: **Rafael Farias Almeida (Presidente); Nivaldo Jorge da Silva; Fernando Pereira; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Ana Paula de Santana; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva – Maestro Adailton; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Eduarda Borba Lagioia Lippo.** Conselheiros (as) Suplentes: **Elimar Pereira da Silva; Gerlane Souza de Lima; Salatiel Magno Siqueira Alves.** O presidente **Rafael Farias** iniciou a reunião com informes sobre sua recente ida a Recife, onde participou da audiência com o promotor de Direitos Humanos, Dr. Maxwell Vignoli, a respeito de processos envolvendo a Comissão de Heteroidentificação da Secult. O promotor considerou adequada a atuação da Secretaria e sinalizou arquivamento do caso, solicitando apenas documentos adicionais. Em outra agenda, Rafael reuniu-se com o procurador, Dr. Macarelli Farias da Silva, do Ministério Público, para tratar do projeto "Fortalecer Cultural", que visa integrar estados e municípios na área cultural. O Conselho foi oficialmente convidado a participar e firmou termo de cooperação com o MP. O procurador comprometeu-se a apresentar o projeto na próxima reunião ordinária. **Rafael Farias** concluiu destacando a importância de fortalecer o diálogo institucional para avançar nas demandas do Conselho. O presidente informou que já integra o grupo do projeto Fortalecer Cultural, que realizará um evento em Vitória de Santo Antão. Ele representou o CEPC no evento e reforçou a importância da presença de outros conselheiros, destacando que a união fortalece o trabalho do Conselho. Também anunciou que o procurador participará presencialmente da próxima reunião ordinária, mesmo estando de férias, para dialogar com o Conselho. Em outro informe, Rafael relatou sua insatisfação com o formato da escuta sobre cultura popular, da qual participou. Criticou o fato de o governo apresentar minutas prontas, sem abertura real para diálogo, como ocorreu com a escolha da capoeira como tema do edital, sem justificativas ou dados apresentados. Reforçou que não é contra a capoeira, mas sim contra a falta de escuta efetiva. Apontou que essa prática de apresentar decisões prontas tem se repetido, tornando o Conselho apenas um órgão de validação, o que, segundo ele, desrespeita a função participativa da sociedade civil. Finalizou defendendo a necessidade de mudanças nesse formato e mais espaço para o diálogo real com o governo. **Wllyssys Wolfgang** destacou a importância da aproximação entre o Conselho e o Ministério Público. Em seguida, abordou a questão do Censo Cultural, relatando que, junto a outros companheiros, tem feito uma campanha de mobilização no Sertão de forma independente, sem apoio institucional. Apontou a desigualdade na execução do censo, com maior concentração de esforços na capital, enquanto no Sertão faltam até materiais informativos. Solicitou que a gestão enviasse representantes à região, estabelecesse parcerias com o Sebrae local e desse maior atenção às cidades como Petrolina, que, mesmo sendo a terceira maior do estado, ainda sofre com o

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025

esquecimento nas ações culturais. **Arthur Teti** relatou que, na reunião sobre o edital, foi informado que o processo seguiria o mesmo modelo do ano anterior, o que gerou preocupações. Destacou problemas com a exigência de comprovação documental da trajetória cultural, o que dificultou a participação de fazedores de cultura com longa atuação, mas sem documentação formal. Citou casos de artistas da dança que não conseguiram comprovar sua experiência, resultando na não aprovação. Questionou os critérios de avaliação e sugeriu a criação de uma curadoria para acompanhar e orientar o processo desde o início, pois considerou os resultados do edital anterior muito incoerentes. **Cleonice Maria** reforçou a importância do trabalho coletivo para ampliar os cadastros no Censo Cultural no Sertão, destacando articulações em Triunfo e Serra Talhada. Apoiou uma campanha governamental mais forte voltada à região. Informou sobre a realização da Realizamos o espetáculo teatral: Jesus Sertanejo - A Paixão de Cristo no Sítio Passagem das Pedras - Onde nasceu Lampião, viabilizada por meio do edital das Paixões, que já teve recursos liberados. Por fim, destacou a importância de se olhar além dos editais, cobrando maior atenção do governo e do Conselho às emendas parlamentares como forma de fomento à cultura. Relatou que a Fundarpe promoveu um encontro inédito com assessores parlamentares e entidades para orientar sobre a execução dessas emendas, defendendo que se intensifique uma campanha junto aos deputados para que priorizassem a cultura. **Marcelo de Ogum** lamentou a exclusão dos circos tradicionais das ações do Dia Nacional do Circo (27 de março), apesar de reuniões e pedidos prévios feitos à gestão. Criticou a falta de apoio e visibilidade ao segmento, mesmo após esforços da categoria. Destacou o caso da circense Ana Paula, que quase perdeu um recurso de R\$ 40 mil por erro de comunicação da Secult e falta de retorno sobre uma denúncia de heteroidentificação. Marcelo defendeu que o Conselho deveria ser envolvido em casos assim, sugerindo que a Secult consultasse coordenadores e conselheiros antes de tomar decisões em processos de identificação racial. **Rafael Farias** informou que, após audiência com o promotor Dr. Maxwell, a Secult foi orientada a elaborar um documento normativo sobre o funcionamento das comissões de heteroidentificação, incluindo a criação de uma fase recursal. Essa minuta seria apresentada ao Conselho antes de ser oficializada, e uma representação do Conselho seria incluída na Comissão. **Roberto Carlos** (Liga de Quadrilhas Juninas do Recife), fez um apelo para que três quadrilhas suplentes fossem chamadas no edital de quadrilhas juninas, uma vez que três habilitadas foram desclassificadas na fase documental. Segundo ele, isso não alteraria o orçamento previsto (R\$ 1,5 milhão) nem a quantidade de premiações originalmente previstas (60). Ele defendeu que a convocação das suplentes seria natural e justa, e que o movimento junino foi impactado positivamente com o prêmio, sendo importante mantê-lo. **Rafael Farias** confirmou que recebeu um documento assinado por quadrilhas juninas (Evolução Junina, Rouxinol, Quadrilha União Junina, entre outras), solicitando essa convocação. Disse que encaminharia o pedido à Secult e traria uma resposta assim que possível. **Léo Rodrigues** (Representante da Quadrilha União Junina), reforçou o pedido, relatando dificuldades enfrentadas pelas quadrilhas, como a ausência de locais para ensaio e injustiças no processo de seleção, inclusive em critérios de cotas raciais. Pediu um

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025

olhar mais sensível da Secretaria de Cultura e do Conselho para a situação das quadrilhas suplentes. **Danilo Carias** (Produtor Cultural), fez uma reflexão sobre a burocracia e os desafios enfrentados pelos produtores culturais no âmbito do Funcultura. Ele relatou um caso em que pediu extensão de prazo para seu projeto, mas por não ter incluído data específica no corpo do ofício, embora estivesse no projeto, foi surpreendido com um pedido de prestação de contas. Isso o deixou frustrado e abalado emocionalmente, colocando em risco o trabalho de toda uma equipe. Ele sugeriu melhorias, como: uso mais efetivo do Mapa Cultural para protocolos como pedidos de pleito; nivelamento prévio de informações antes do início da execução de projetos; uma abordagem mais acolhedora da fiscalização, que deveria apoiar os produtores ao invés de apenas cobrar. Ele ressaltou que a falta de apoio pode causar danos à autoestima e à credibilidade dos produtores culturais. Com isso, **Rafael Farias** agradeceu e valorizou as contribuições de Danilo. Informou que encaminharia o documento para Clarice, da equipe do Funcultura, e que vai buscar esclarecimentos. Ele concordou sobre a importância do Mapa Cultural como ferramenta de apoio e disse que pretendia chamar Danilo para participar da futura pauta exclusiva sobre o Funcultura, junto com outros membros da sociedade civil. **Maestro Adailton** trouxe um informe sobre a situação das bandas de fanfarra. Ele relatou a frustração da categoria com o não cumprimento da promessa feita em dezembro de 2023, quando foi anunciado que haveria a contratação de maestros e coreógrafos a partir de janeiro. Até o momento, essa contratação ainda não foi efetivada, o que tem gerado tristeza e sensação de desvalorização entre os profissionais da área. Apesar de haver um decreto assinado, não houve avanço concreto, o que demonstra, segundo ele, uma falta de organização e reconhecimento para com esse setor. Em seguida, **Ana Paula** respondeu a duas perguntas importantes. A primeira foi sobre a divulgação do calendário de suplentes. Ela afirmou que a lista deverá sair na semana seguinte. O atraso foi causado pela grande quantidade de denúncias recebidas, tanto relacionadas à heteroidentificação quanto à residência fora de Pernambuco. No total, foram 82 denúncias, algumas repetidas. Destas, 24 foram confirmadas como pessoas que não pertencem ao grupo racial declarado. Houve também denúncias de pessoas contempladas que não residem no estado. Essas situações exigiram fiscalização presencial e verificação junto à comunidade local. A Comissão de Heteroidentificação terá sua última reunião no dia 1º de abril para encerrar todos os processos pendentes. A segunda pergunta respondida por Ana Paula foi sobre o valor total a ser utilizado para pagamento dos suplentes. Ela informou que serão utilizados todos os valores disponíveis, incluindo rendimentos e sobras dos editais. A maior parte desses recursos será destinada ao edital de multilinguagens, que ainda possui 1.550 pessoas aptas a receber. Segundo Ana Paula, quase todos os editais já atingiram o limite de contemplados, com poucas exceções, e o objetivo é garantir o aproveitamento total dos recursos disponíveis. A secretária executiva informou que os critérios para chamamento de suplentes seguiam o edital, com prioridade para cotas raciais e macrorregiões. A divisão por linguagem seria considerada quando possível, dentro dessas regras. Ela destacou que o modelo já foi validado pelo Tribunal de Contas e Ministério Público, mas que a Secretaria estudava separar os editais por linguagem no

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

### POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025

futuro para facilitar o entendimento e a execução. **Rafael Farias** apoiou a ideia, lembrando que algumas linguagens foram prejudicadas e que o modelo separado pode ser mais justo e claro. Sobre a demora na divulgação dos suplentes, **Ana Paula** explicou que o sistema da Secult funciona por etapas e não permite pular fases. E que a última reunião da Comissão de Heteroindentificação estava marcada para a semana seguinte. Após isso, o ranqueamento dos suplentes seria feito em até três dias, com 57 nomes já aprovados. Ela também falou sobre os problemas nos pagamentos, especialmente por uso de contas digitais. Muitos valores foram devolvidos, mais de 800, gerando retrabalho, pois o Banco do Brasil e outros bancos rejeitam algumas contas. Isso exige pagamentos manuais, que são lentos e dependem da Secretaria da Fazenda. **Rafael Farias** sugeriu que os aprovados tivessem um documento oficial para facilitar a abertura de contas em bancos físicos, considerando as dificuldades sociais enfrentadas por artistas. **Ana Paula** completou dizendo que acompanha os pagamentos diariamente e que falhas técnicas externas, como do sistema da Fazenda, também impactam os prazos, mas que a equipe está trabalhando ativamente. Ela esclareceu que não há risco de apagamento da linguagem de gastronomia. A forma de operacionalizar os editais anteriores pode ter gerado perdas por conta da indução de cotas e da divisão por macrorregião. Esse modelo seria revisto nos próximos editais, com a possibilidade de ajustes mais justos, embora não pudesse garantir compensações formais. Sobre o chamamento dos Pontos de Cultura, ela informou que o resultado sairia na próxima semana. Após isso, haveria um prazo adicional de uma semana para a publicação do pré-resultado final. Caso houvesse sobra de recursos, a orientação do Ministério da Cultura é abrir um edital de premiação para distribuir os valores remanescentes. E que, relação às denúncias de irregularidades envolvendo beneficiários de fora do estado ou com fenótipo branco, afirmou que apenas denúncias específicas e fundamentadas poderiam ser apuradas. A análise documental já eliminava candidatos irregulares nessa fase. Quando há denúncias válidas, são realizadas fiscalizações in loco. Até o momento, apenas 24 casos resultaram em bloqueio de pagamento. Nos casos em que o recurso já foi pago e a denúncia surgiu posteriormente, é aberto um processo administrativo para devolução, e os responsáveis ficam inabilitados para futuros editais. Sobre o calendário da PNAB 2025, Ana Paula explicou que ainda será elaborado, mas destacou o empenho da Secult em cumprir prazos. Pernambuco foi um dos quatro estados (junto com Tocantins, Goiás e Alagoas) que conseguiu executar 60% dos recursos, permitindo a antecipação do repasse federal. A meta é lançar todos os editais no primeiro semestre, já que o segundo semestre será comprometido com o programa “Pernambuco Meu País”. O envio do planejamento da PNAB será entre 5 de maio e 1º de julho, e a ideia é que os editais já estejam baseados em temas definidos previamente pelo Conselho, otimizando o tempo e a execução. Sobre a previsão de lançamento dos novos editais, explicou que a Secretaria pretendia lançá-los até o final de abril, com maior tempo para inscrições, mas isso depende da liberação dos recursos pelo Ministério da Cultura. Portanto, não é possível lançar os editais sem que os valores estejam em conta, o que inviabiliza a antecipação. Em relação à destinação dos recursos da PNAB, Ana Paula confirmou que 40% continuarão sendo destinados ao Cultura Viva, com parte aplicada



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025**

também nos "Céus da Cultura". Ela informou que na próxima semana haveria uma reunião exclusiva com os secretários do Ministério da Cultura para tratar desses equipamentos, ressaltando que Pernambuco está adiantado na implementação: já houve licitação e início dos estudos geotécnicos dos terrenos. Dois imóveis problemáticos foram trocados, e os demais já estão com documentação pronta. Ana Paula comentou ainda que a Secretaria solicitou que os valores dos Céus não fossem descontados do orçamento de 2025, mas o Ministério manteve o corte para o próximo ano. Isso representa R\$ 30 milhões a menos, o que preocupa a gestão estadual. **Rafael Farias** parabenizou a Secretaria de Cultura pelo trabalho e pela execução de 60% dos recursos da PNAB, destacando também o papel ativo do Conselho nesse processo, com cobrança constante e participação nas decisões. Ele elogiou a abertura ao diálogo, que antes não existia, e reconheceu que isso permitiu a resolução mais rápida de problemas. **Ana Paula**, por fim, fez um apelo por respeito aos servidores públicos, relatando que funcionários da Secult vêm sofrendo agressões verbais, inclusive por meio da ouvidoria. Ela reforçou que todos estão acessíveis e abertos ao diálogo, e que atitudes agressivas não contribuem com o processo. Reforçou que todos estão trabalhando intensamente, inclusive nos recessos, e que os conselheiros têm acesso direto a ela e à equipe. **Willyssys Wolfgang** trouxe questionamentos importantes: destacou que apresentar documentação falsa não pode ser suficiente para aprovação, e que denúncias precisam ser apuradas mesmo após a análise documental. Ele também perguntou se os rendimentos e remanejamentos seriam aplicados somente no edital de multilinguagens e solicitou clareza sobre os valores disponíveis atualmente, uma vez que o painel federal aponta quase R\$32 milhões. Quis entender melhor os principais problemas com as contas digitais, já que, para os proponentes, elas parecem mais práticas. Pediu mais detalhes para compreender por que isso se torna um entrave para a Secult. **Ana Paula** esclareceu que, dos R\$32 milhões visualizados no sistema, parte significativa se refere ao Cultura Viva, com mais de R\$20 milhões ainda não executados. Há também recursos de custeio (cerca de R\$4 milhões) e valores destinados a obras, como o "Cais do Sertão", que estão sendo repassados por medição — até agora, apenas cerca de R\$200 mil foram liberados. Sobre os rendimentos, o valor registrado até 28 de fevereiro era de R\$ 7.008.000,00. O edital de Multilinguagens foi o que teve maior número de inscrições, nas três faixas. **Cleonice Maria** se solidarizou com a equipe da Secult em relação aos ataques sofridos por servidores, defendendo o respeito aos trabalhadores públicos, e elogiou a atuação da Secretaria. Ela comemorou que Pernambuco esteja entre os quatro estados que já executaram 60% dos recursos da PNAB, reconhecendo o esforço coletivo entre governo e Conselho. Destacou que, apesar das falhas, é necessário valorizar os avanços e seguir corrigindo o que ainda não funciona bem. Ela também se disse satisfeita com a informação de que os recursos do Cultura Viva serão destinados a premiações, o que permitirá contemplar coletivos que não têm CNPJ, antes excluídos dos editais de fomento. Isso abrirá oportunidade para mais pontos de cultura participarem do processo. Sobre as contas bancárias, Cleonice apontou que há uma contradição: embora os bancos físicos sejam defendidos como solução, o Banco do Brasil tem sido um dos que mais apresenta problemas. Por outro

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025**

lado, alguns bancos digitais têm funcionado bem, desde que se peça o aumento do limite da conta — uma orientação simples que ajudou muitos proponentes. Ela apoiou a proposta de Rafael de criar uma carta oficial do estado, que os proponentes poderiam apresentar ao banco para facilitar a abertura das contas. Finalizou destacando que, apesar das dificuldades trazidas pelo PAC e outras burocracias, o momento atual é promissor. E reforçou a necessidade de união entre sociedade civil e governo para continuar avançando na execução da PNAB, reconhecendo que a mobilização coletiva já trouxe resultados positivos e que há confiança no apoio do governo federal. **Ana Paula** explicou que a Secretaria optou por notificar, e não inabilitar, quem teve pendências na Lei Aldir Blanc, para permitir regularização e garantir participação nos novos editais. Isso exigiu um grande esforço da equipe, que analisou mais de 5 mil contas. Ela reforçou que o Estado precisava prestar contas corretamente para continuar recebendo recursos federais. Sobre as contas digitais, comentou que o problema não é só o limite, mas também o horário de recebimento dos pagamentos, o que dificulta o repasse. Bancos como o Mercado Pago, por exemplo, não aceitaram transferências da Secult. **Marcelo de Ogum** questionou o destino dos rendimentos (R\$ 7.008.000,00) e quem seria responsabilizado por erros da Secretaria. **Ana Paula** respondeu que ela e Yasmin são as responsáveis legais e que, quando há falhas, elas tentam corrigir rapidamente. Disse também que o recurso é bloqueado e garantido até a situação ser resolvida, especialmente em casos delicados como os da heteroidentificação. **Marcelo de Ogum** questionou o que acontece quando a comissão da Secult comete erro ao avaliar a cor/raça de um proponente, prejudicando alguém que deveria receber o recurso. Ele queria saber como e quando essa pessoa seria ressarcida, especialmente se o dinheiro já tiver sido repassado para um suplente. Também sugeriu que futuras análises de heteroidentificação fossem feitas presencialmente para evitar erros por má qualidade de imagem. **Ana Paula** respondeu que há regras claras baseadas em portaria do Ministério da Cultura e que todo o processo tem etapas de recurso. Se for comprovado erro, a Secretaria vai tentar repor os recursos de outra forma. **Rafael Farias** interveio, dizendo que recomendações do Conselho precisavam ser votadas, e lembrou que o Ministério Público já pediu regulamentação formal das comissões de heteroidentificação, que seria construída com o Conselho. Ele reforçou que denúncias precisavam ser apuradas, e que não há como avaliar todo mundo presencialmente de forma prática. Se o erro for confirmado, o Estado buscará formas de pagar a pessoa prejudicada. **Ana Paula** explicou que houve cerca de 82 denúncias, muitas repetidas, e que para os próximos editais já está sendo criado um regramento mais claro para dar mais segurança nas análises de raça/cor. Comentou também que o Mapa Cultural de Pernambuco é uma ferramenta transparente e ajuda a garantir que o recurso permaneça no estado. **Thaynna Leocádio** trouxe o caso de uma proponente que foi prejudicada por erro de parecer, o erro foi reconhecido, mas ela não foi classificada. **Ana Paula** informou que precisava do número de inscrição para verificar o caso e dar um retorno completo. **André Ramos** (Secult), falou sobre as ações do governo no Dia Nacional do Circo e Mundial do Teatro (27/03). Ele reforçou que há esforço de diálogo com a sociedade civil, mas que as propostas precisavam chegar com antecedência. Mesmo

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025**

com o tempo curto, conseguiram realizar ações em Igarassu e Limoeiro com artistas circenses e promover debates. Ele finalizou destacando o compromisso de melhorar para o próximo ano. **Marcelo de Ogum** reconheceu o esforço de André Ramos, mas destacou que a ideia de abrir os circos já havia sido discutida em reunião com Cacau de Paula em dezembro, porém não foi registrada oficialmente. Apesar disso, elogiou as ações realizadas e perguntou se ainda havia chance de fazer algo em abril. **André Ramos**, do segmento de Circo – GPC (Secult), respondeu que ainda havia espaço para diálogo e que a Secult vai receber uma comissão de artistas em breve. Explicou que a Secult não tem recurso próprio para executar ações diretamente, sendo necessário buscar parcerias e apoio externo para viabilizá-las. **Thaís Melo**, coordenadora de cultura popular (Secult), relatou um episódio de racismo estrutural durante uma escuta pública, onde ela e outra mulher negra foram interrompidas, e só retomaram a fala após um homem branco intervir. Ela reforçou a importância de refletir sobre atitudes racistas, mesmo quando não intencionais. Mencionou ainda que o edital de salvaguarda deste ano focaria na capoeira, e prometeu trazer dados sobre o tema na próxima reunião. **Marcelo de Ogum** agradeceu à equipe da Secult, especialmente a Thaís Melo, pela atenção e orientação prestadas a uma jovem do circo. **Rafael Farias** respondeu a Thaís Melo, reconhecendo que se exaltou em uma reunião anterior, mas afirmou que sua crítica foi direcionada à postura do governo, e não pessoalmente a Thaís. Ressaltou que valoriza o ambiente democrático e pede desculpas novamente, destacando sua própria trajetória como homem gay, com lutas diferentes, mas legítimas. **Thaís Melo** reforçou que o desrespeito ocorreu sim, principalmente por ter sido direcionado a mulheres negras que tentavam falar, e só conseguiram espaço após a intervenção de um homem branco. Ela destacou a importância do respeito, mesmo com divergências, e lembrou que agentes públicos também são pessoas que merecem consideração. **Rafael Farias** insistiu que sua crítica não foi pessoal, mas ao governo, e reconheceu que não percebeu o viés estrutural da situação no momento. Reiterou seu pedido de desculpas e reconheceu que pode não entender plenamente as dores de mulheres negras, mas está aberto a refletir e aprender. No final, ele perguntou se Thaís poderia responder à questão dos suplentes das quadrilhas juninas, já que algumas pessoas estavam cobrando retorno. **Ana Paula** informou que as sobras e rendimentos dos editais anteriores seriam direcionados ao edital de Multilinguagens, e não soube dizer se os suplentes das quadrilhas juninas seriam contemplados. Ela também alertou que no novo PNAB, não haverá mais rendimentos, pois será por prestação de contas com repasse direto. **Amanda Carneiro** repassou mensagem de um participante da sociedade civil, Jota Souza que informou sobre uma denúncia que fez, sobre um caso de fraude em editais, onde uma pessoa se inscreveu como branca e negra em diferentes editais, sendo aprovada. Relatou que enviou e-mails, mas não obteve resposta. **Ana Paula** pediu que essa denúncia fosse enviada formalmente, especialmente para Rafael, e explicou que muitas denúncias ainda estão em análise, por isso os retornos ainda não foram dados a todos. **Willyssys Wolfgang**, pediu que as denúncias não fossem enviadas a ele, pois não é sua função. Ele disse estar sobrecarregado com denúncias no inbox pessoal, e sugeriu que elas fossem enviadas aos canais oficiais da Secult ou judicializadas, se necessário.

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

### POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025

**Ana Paula** respondeu que empenho não é garantia de pagamento, e que ao receber denúncias, o primeiro passo é bloquear o pagamento e abrir análise. Informou que há canais oficiais de denúncia no edital e que o Mapa Cultural permite transparência. Explicou que algumas denúncias chegaram após pagamento, e nesses casos as pessoas seriam notificadas e poderiam ser impedidas de participar de novos editais. Ana Paula finalizou dizendo que a equipe está se esforçando para atender toda a classe artística, que há muitas denúncias em análise, mas o processo está avançado. Informou também que a última reunião da Comissão de Heteroidentificação está marcada para o dia 1º de abril, e após isso haveria divulgação de lista e lançamento do novo edital. Durante a reunião, **Clarice Andrade** (FUNDARPE) explicou que a inscrição no CPC foi feita pelo Mapa Cultural pela primeira vez, com mais de 6 mil inscritos desde janeiro e 2 mil nos últimos dois dias. A equipe está analisando a documentação para garantir participação nos editais que começam em abril. Houve capacitação inédita para os aprovados no edital 23/24, abordando execução de projetos e prestação de contas. **Rafael Farias** questionou sobre pagamentos, e **Clarice Andrade** confirmou que os primeiros processos já estão sendo pagos após a abertura do orçamento no dia 11. A documentação está sendo recebida, e o fluxo segue com pedidos de empenho e assinatura dos termos. **Cleonice Maria** expressou angústia pela demora, mesmo com a documentação já enviada. Também criticou a burocracia dos editais. Clarice Andrade respondeu que o Funcultura tenta reduzir exigências, mas está limitado pela legislação. Ela reforçou que o ciclo de escutas, geralmente em junho, é um espaço para aperfeiçoar os processos. **Rafael Farias** agradeceu a participação de Clarice Andrade e sugeriu uma próxima reunião com pauta específica, criticando o modelo do edital da cultura popular por já vir pronto, sem espaço real para escutas. Destacou a importância de um processo mais democrático e presencial, com participação efetiva dos artistas populares. **Rafael Farias** também propôs debater as eleições do Conselho, considerando inviável realizar eleições setoriais agora. Defendeu focar na eleição geral do Conselho primeiro, por conta do tempo perdido com outras pautas. **Cleonice Maria** reforçou que participa da comissão setorial e concorda que o momento é de priorizar a eleição do Conselho. Corrigiu Rafael ao afirmar que não houve perda de tempo, mas sim muitas demandas relevantes a serem tratadas. Destacou que após eleger o Conselho, as eleições setoriais podem ser realizadas de forma mais organizada. **Rafael Farias**, nas considerações finais, concordou com Cleonice e propôs formar logo o grupo de trabalho para organizar a eleição. Mencionou que Bárbara Collier, ex-presidente da comissão eleitoral, não poderá continuar. Também trouxe a proposta de uma reunião unificada entre os três conselhos (Políticas, Preservação e Audiovisual), no dia 11 de abril, devido a um grande evento de museus nos dias 9 e 10. **Marcelo de Ogum** alertou sobre outro evento relevante no dia 11, relacionado à temporada teatral de Fazenda Nova, o que pode impactar a participação da equipe da Secult e da Fundarpe. Propôs verificar a agenda na próxima reunião gerencial da Secult, marcada para 7 de abril, antes de definir nova data. **Rafael Farias** informou que a reunião do Cena Nordeste prevista para 1º de abril em Petrolina foi cancelada, com possível remarcação para 2 de maio. Essa mudança impactou diretamente nas reuniões



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025**

ordinárias de abril e maio, que ainda serão remarcadas. **Rafael Farias** finalizou a reunião agradecendo a todos os participantes. Eu, Amanda Oliveira de Araújo Carneiro, Secretária, lavrei a presente ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

---

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro (Secretária)

---

Rafael Farias Almeida (Presidente)

---

Nivaldo Jorge da Silva

---

Fernando Pereira

---

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

---

Arthur Bruno de Medeiros Teti

---

Carlos Eduardo Sales de Melo

---

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

---

Ana Paula Santana

---

Cleonice Maria dos Santos

---

Gilmar Correia da Silva

---

Adailton José da Silva – Maestro Adailton

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 28/03/2025**

---

Roberto Gercino

---

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

---

Eduarda Borba Lagioia Lippo

---

Elimar Pereira da Silva

---

Gerlane Souza de Lima

---

Salatiel Magno Siqueira Alves